

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.559 - SC (2019/0272228-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : INACIO ROCKENBACH
ADVOGADO : RITA DE OLIVEIRA MEDEIROS - SC026733

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIAS POR IDADE, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E ESPECIAL. CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. LEI Nº 9.876/99, ART. 3º, § 2º.

É possível a ampliação do período básico de cálculo com a inclusão de salários de contribuição anteriores a julho de 1994, para os filiados ao RGPS antes do advento da Lei nº 9.876/99, quando mais favorável ao segurado, em detrimento da regra de transição prevista no art. 3º do codex.

O recorrente, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu violação do art. 3º da Lei 9.876/1999. Alega:

O acórdão recorrido, ao pretexto de “interpretar” o disposto no art. 3º da Lei 9.876/1999, acabou por contrariá-lo frontalmente, vez que possibilitou a sua não-aplicação exatamente na hipótese fática ali prevista: filiação anterior a 26/11/1999. Afastada dessa forma a norma legal, o acórdão condenou o INSS conceder à parte Autora (ora Recorrida) o direito de optar pelo período básico de cálculo que incluía salário-de-contribuição anteriores a 1994, mesmo sendo ela filiados em data anterior à Lei n. 9.876/1999 (26/11/1999). (fl. 268, e-STJ)

Contrarrazões apresentadas às fls. 274-279, e-STJ.
É o **relatório**.

Decido

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 11.9.2019.

Cinge-se a controvérsia em analisar a possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei 9.876/1999, aos segurados que ingressaram no sistema antes de 26.11.1999 (data de edição da Lei 9.876/1999).

Segundo a regra definitiva, aplicável aos segurados que se filiaram ao

Superior Tribunal de Justiça

RGPS após a vigência da Lei 9.876/1999, o salário de benefício é calculado a partir da média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo (art. 29, I da Lei 8.213/1991).

Ocorre que para os segurados que já eram filiados ao RGPS em tempo anterior à nova lei, estabeleceu-se uma regra de transição, que dispõe que, para o cálculo da média aritmética dos salários de contribuição, com o marco inicial do PBC fixado em julho de 1994, desconsidera-se os salários de contribuição anteriores.

Analisando o tema, a Primeira Seção desta Corte, nos autos do REsp 1.596.203/PR e 1.554.596/SC, decidiu que a questão acerca da revisão fundamentada no cálculo do benefício previdenciário considerando-se todo o período contributivo, sem limitação a julho/1994, aplicando-se, assim, a regra definitiva do art. 29 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Lei 9.876/1999, será apreciada sob o rito dos recursos repetitivos.

Nesse contexto, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro.

A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem, cuja matéria identifique-se com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.036, § 5º do Código Fux.

Em face do exposto, **determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos art. 1.036, § 5º do CPC/2015. Após tal julgamento, retornem os autos para prosseguir no julgamento do Recurso Especial do INSS.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator